



ATA-RELATÓRIO

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE SEIS POSTOS DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR (ENGENHARIA CIVIL) DA CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DO PERÍODO EXPERIMENTAL

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, definiu os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, e, bem assim, estabeleceu, complementarmente, o regime jurídico-funcional aplicável a cada uma das modalidades de constituição da relação jurídica de emprego público.

Por seu turno, a Secção II, do Capítulo II, do Título II, da LTFP, com a epígrafe «Formação do vínculo», consagra um período experimental que corresponde ao tempo inicial da execução do contrato e destina-se a comprovar se o trabalhador possui ou não as competências exigidas pelo posto de trabalho que o trabalhador vai ocupar (artigos 45.º e seguintes), o qual em termos de duração varia em função da carreira e do correspondente grau de complexidade funcional.

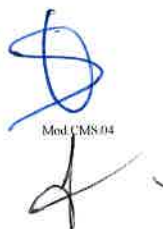
Considerando que, face ao disposto no artigo 46.º, sob a epígrafe «Avaliação do trabalhador durante o período experimental», ao acompanhamento, avaliação final, conclusão com sucesso e contagem do período experimental são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Durante o período experimental, o trabalhador admitido por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado é acompanhado por um Júri, especialmente constituído para o efeito, que procede no final à avaliação do trabalhador;
- b) A avaliação final toma em consideração os elementos que o júri tenha recolhido, o relatório que o trabalhador deve apresentar e os resultados das ações de formação frequentadas;
- c) A Avaliação traduz-se numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se concluído com sucesso o período experimental quando o trabalhador tenha obtido uma avaliação não inferior a 14 ou 12 valores, consoante se trate ou não, respetivamente, de carreiras e categorias de grau 3 de complexidade funcional;
- d) O termo do período experimental é assinalado por ato escrito, que deve indicar o resultado da avaliação final;
- e) À constituição, composição e funcionamento e competência do Júri, bem como homologação e impugnação administrativa dos resultados da avaliação final dos trabalhadores admitidos em período experimental são aplicáveis as regras previstas para o procedimento concursal, constantes da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril com as necessárias adaptações.

Considerando, adicionalmente, que compete ao Júri do correspondente procedimento acompanhar a avaliação dos trabalhadores admitidos em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ainda que sujeitos a um período experimental destinado a comprovar se o trabalhador possui ou não as competências exigidas pelo correspondente posto de trabalho, bem como proceder à avaliação final, findo o correspondente período experimental.

Aos 13 dias do mês de dezembro de 2022 reuniu o júri do procedimento concursal comum para ocupação de seis postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de TÉCNICO

 /AFC


Mod. CMS 04



ATA-RELATÓRIO

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE SEIS POSTOS DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR (ENGENHARIA CIVIL) DA CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR.

SUPERIOR (ENGENHARIA CIVIL) DA CARREIRA GERAL DE TÉCNICO SUPERIOR, aberto por aviso n.º 16217/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 200, em 14/10/2020, aviso n.º 75/2020/DRH/DIGAT (publicação integral), afixado na página eletrónica do Município e na Bolsa de Emprego, em 15/10/2020 com o código de oferta n.º OE202010/0516, constituído por:

Lénia Maria Fernandes de Mouro Guerreiro, Diretora do Departamento de Obras Municipais – Presidente do Júri;

José Carlos Garcia Costa Amaro, Chefe da Divisão de Projetos, Concursos e Empreitadas do Departamento de Obras Municipais, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos – Primeiro Vogal Efetivo;

António Manuel Gomes Pinto, Diretor do Departamento Municipal de Recursos Humanos – Segundo Vogal Efetivo;

a fim de, terminado o período experimental dos trabalhadores admitidos no âmbito do presente procedimento concursal de acordo com o respetivo posicionamento constante da lista unitária de ordenação final, homologada por Despacho da Senhora Vereadora com competência delegada nos domínios dos Recursos Humanos de 15 de novembro de 2021, elaborar e respetiva lista de avaliação final dos trabalhadores recrutados traduzida na escala de 0 a 20 valores, a qual ficou constituída da seguinte forma:

PEDRO MIGUEL VIRGÍNIA LEAL GONÇALVES..... 18,64 valores;
CARLA PATRÍCIA PEREIRA GÓIS MARTINS..... 17,79 valores;
SANDRA ISABEL PARREIRA CHAÍNHO 17,40 valores;
ANDREIA ALEXANDRA TEIXEIRA FARINHA 18,23 valores;
SARA CRISTINA DOMINGOS SIMÕES 18,23 valores;

Finalmente, não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai ser assinada pelos membros do júri presentes, a qual, para os devidos efeitos, vai ser submetida a homologação da entidade competente.

Presidente:

Vogal:

Vogal:

13/12/2022

<p>HOMOLOGO A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA COM COMPETÊNCIA DELEGADA,</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>19/12/2022</p>
